

mercado



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), durante votação em 2º turno da PEC Emergencial

Najara Araújo/Câmara dos Deputados

PEC Emergencial avança na Câmara sob ofensiva do governo

Texto-base é aprovado em segundo turno com ministro no plenário para tentar evitar novas tentativas de desidratação

Danielle Brant e Bernardo Caram

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou, em segundo turno nesta quinta-feira (11), o texto-base da PEC (Proposta de emenda à Constituição) Emergencial, em votação acompanhada pelo ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), responsável pela articulação política e que esteve no plenário para evitar novas tentativas de desidratar a proposta. O texto-base foi aprovado por 366 votos a 127 —eram necessários ao menos 308 votos para a proposta passar. Agora, os deputados precisam analisar propostas de modificação ao texto. Se não houver mudanças de mérito, a PEC segue para promulgação.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou à Câmara no fim da manhã desta quinta acompanhado de Ramos. Ele falou rapidamente com jornalistas e afirmou que a manutenção do texto da PEC era “imperiosa” pelos acordos feitos.

“O governo cedeu um pouco, o plenário da Câmara ajustou”, disse. “É importantíssimo que nós terminemos hoje [ontem] essa PEC, para dar tempo de tomar as providências necessárias e passarmos para outros assuntos, que são justamente a reforma administrativa, com a CCJ [Comissão de Constituição e Justiça] já instalada, e a liberação do relatório [da reforma tributária].”

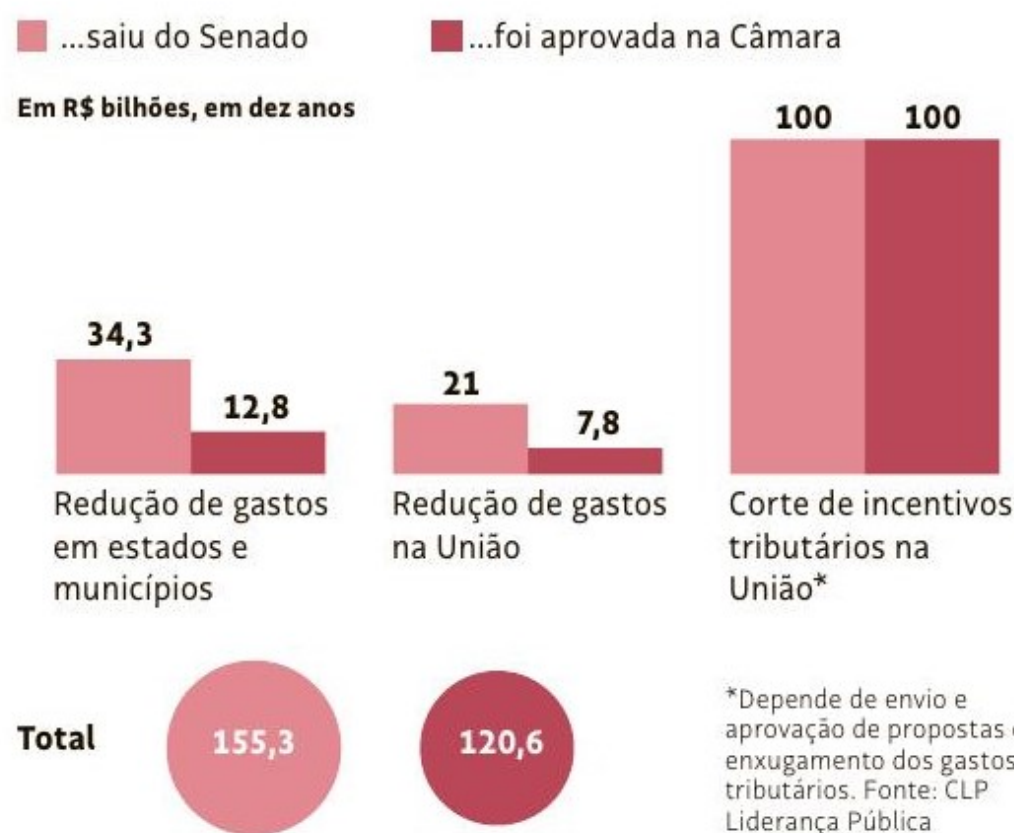
Lira minimizou a presença de Ramos na votação. “Ele é o ministro da Secretaria de Governo, é quem trata da política do governo, é quem tem a relação com os parlamentares”, disse. “É função dele estar em contato direto com o Parlamento, para acompanhar votações importantes para o governo. Nada de especulação. O clima está de tranquilidade.”

Na quarta-feira (10), para que os deputados não derrotassem a estrutura central da proposta, o governo teve que abrir mão de parte do ajuste e liberar promoções e progressões para servidores públicos.

Avaliação preliminar do Ministério da Economia indica que o impacto da liberação das promoções e progressões é de cerca de R\$ 1,5 bilhão em um ano para o governo.

PEC Emergencial é desidratada ao passar pela Câmara

Impacto potencial da PEC que...



Levantamento do CLP (Centro de Liderança Pública) estima que o impacto total da PEC aprovada pelo Senado, incluindo economia de gastos e redução de incentivos tributários, era de R\$ 155,3 bilhões em uma década. Com a desidratação da Câmara, esse valor caiu para R\$ 120,6 bilhões. Do total, R\$ 100 bilhões foram estimados considerando que o governo vai enviar e aprovar o plano de redução de benefícios tributários. Essa economia, portanto, é incerta.

Desse modo, foi projetada uma redução efetiva de gastos em dez anos de apenas R\$ 20,6 bilhões, sendo R\$ 12,8 bilhões para estados e municípios e R\$ 7,8 bilhões para a União.

Isso significa que, em dez anos, a economia potencial da medida para o governo federal corresponde a menos de 20% do valor previsto para ser desembolsado em 2021 com o auxílio emergencial.

Na avaliação do gerente de causas do CLP, José Nascimento, a PEC é positiva e traz mecanismos importantes como o plano de redução de incentivos fiscais, melhor uso de recursos de fundos públicos e alguns gatilhos de ajuste fiscal. Ele critica, no entanto, o movimento do Congresso e do próprio Palácio do Planalto para desidratar o texto.

“O texto original trazia gatilhos mais duros de cortes de gastos no setor público, mas a gente perdeu vários. Tendo em vista essa sinalização do

Planalto de não propor adequações que cortem na carne, como diz o ministro Guedes, a gente tem que ir para outras oportunidades. A própria reforma administrativa não tem um intuito fiscalista, mas naturalmente seu impacto se dá nas contas do governo.”

O acordo feito pelo governo na quarta-feira teve como objetivo reverter votos a favor de um destaque do PT que busca retirar da PEC gatilhos de ajuste fiscal para os estados e municípios quando a despesa corrente ultrapassar 95% da receita corrente.

Pelo artigo, nesses casos, podem ser adotados mecanismos para reduzir o endividamento, com a proibição de concessão de aumentos a servidores, realização de concursos públicos ou criação de despesas obrigatórias.

Na prática, porém, a retirada desse dispositivo não inviabilizaria apenas o ajuste dos governos regionais, mas também da União. Ainda tornaria sem efeito o ajuste fiscal proposto em caso de decretação de calamidade, enterrando o protocolo de crise elaborado pelo Ministério da Economia.

Esse efeito em cascata ocorreria porque nos casos de calamidade ou de crise fiscal na União, a PEC afirma que serão adotados os ajustes previstos no artigo que trata de estados e municípios —e que quase foi descartado pelos deputados.

Esses mecanismos são o pilar da proposta defendida pe-

la equipe econômica. Guedes chegou a dizer a interlocutores que poderia deixar o cargo se o Congresso não aprovasse as medidas de ajuste fiscal como contrapartida à liberação da nova rodada do auxílio emergencial.

Diante da derrota iminente, Ramos e o assessor especial de Guedes, Esteves Colnago, foram ao plenário na quarta para “virar votos” —ou seja, convencer deputados favoráveis ao destaque do PT a rever a posição e rejeitar a mudança.

A negociação envolve a aprovação de dois destaques para suprimir do texto dispositivos que impedem a promoção e progressão de funcionários públicos. Esse benefício será liberado mesmo em situações de emergência fiscal ou calamidade.

Na quarta, a Câmara impusera outro revés à equipe econômica, ao rejeitar desvincular receitas de impostos a fundos, despesas e órgãos específicos.

Com isso, o governo não poderá descarimbar e remanejar recursos de fundos como o de meio ambiente, cultura, aviação civil, saúde e social. Também será obrigado a manter os repasses à Receita Federal.

Nesta quinta, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR) disse também que o texto aprovado vai manter integralmente os incentivos fiscais da lei de informática.

“Nós então nos comprometemos a fazer uma nova emenda constitucional que trará os incentivos da lei de informática no mesmo nível hierárquico que está a zona franca de Manaus”, afirmou. “Nós entendemos que isso traz segurança jurídica para todos os que investem nesse setor.”

O relator do texto, Daniel Freitas (PSL-SC), manteve o texto como veio do Senado. No entanto, o presidente Jair Bolsonaro e deputados ligados à segurança pública tentaram excluir do ajuste fiscal promovido pela PEC categorias como policiais e militares.

Esse grupo foi decisivo na pressão pela derrubada das medidas, o que acabou levando o governo a abrir mão de parte do ajuste.

Bolsonaro planeja publicar MP do novo auxílio nesta sexta

Para tentar assegurar o pagamento do auxílio emergencial já em março, o governo deve aproveitar a promulgação da PEC Emergencial pelo Congresso, prevista para esta sexta-feira (12), e enviar, no mesmo dia, a medida provisória que define os critérios para concessão do benefício. Caberá à MP definir todos os detalhes e critérios para a nova rodada do benefício. As parcelas devem ser variáveis, a depender da composição familiar.

É preciso blindar as polícias das investidas da política ruim

OPINIÃO

Coronel Nylton Rodrigues Ribeiro Filho

Foi comandante-geral da Polícia Militar e secretário de Segurança do Estado do Espírito Santo

Em fevereiro de 2017, eram duas horas da madrugada do quarto dia da greve da Polícia Militar. O então governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, me telefonou. O momento era dramático. Pela primeira vez em quase 200 anos de existência a PM do estado paralisava integralmente a prestação de seus serviços. Nem o 190 funcionava.

A população estava em pânico diante de um movimento que deixou os capixabas reféns da criminalidade, mesmo com o pagamento dos servidores em dia e próximo ao teto estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O governador me ligava da UTI de um hospital em São Paulo, pois havia sido submetido a tratamento cirúrgico para um câncer na bexiga. Naquele telefonema que recebi ainda em minha cama, com minha esposa me olhando fixamente, aterrorizada, fui convidado para assumir o cargo de comandante-geral da PM em meio à maior crise da história da segurança pública do Espírito Santo, com potencial para se espalhar por todo o Brasil.

O convite foi aceito.

A paralisação se estendeu por 21 dias daquele revólto mês de fevereiro. Foram registrados mais de 220 homicídios e milhares de furtos, roubos e arrombamentos. Hoje, fica evidente que, por trás do movimento paredista, atuava um pequeno grupo movido por projeto político pessoal. Alguns deles eleitos com a promessa de anistia aos crimes praticados.

Incitaram a todo momento a paralisação, a prática de graves transgressões disciplinares, insubordinações e crimes com o flagrante objetivo de gerar o caos social, tudo como insana estratégia de buscar capital político.

Tentaram pôr fogo no Espírito Santo em busca de votos.

Nossas instituições policiais precisam estar atentas e vacinadas contra aqueles que possuem a inescrupulosa intenção de usá-las indevidamente em benefício político próprio. O caminho trilhado pela maioria absoluta dos nossos valorosos policiais sempre foi o do comprometimento com o povo e com os princípios e valores de suas instituições.

É preciso blindar as polícias das investidas da política

ruim, que segue a cartilha do quanto pior melhor, que enxerga a revolta como forma de ganhar uma eleição.

Discursos radicais e inflamados que apontam para paralisações de atividades policiais em busca da justa valorização profissional são injustos com o já sofrido e sacrificado povo. As consequências são as piores para a população e para as instituições.

Não precisa ser assim, tudo na vida tem a forma correta e legal de fazer. É vital afastar qualquer forma equivocada que desampare e desproteja as pessoas.

Devemos, sim, estar sempre buscando a evolução e a valorização de nossas instituições policiais, mas com a clareza de que os reais interesses institucionais e a responsabilidade devem iluminar os esforços.

Não precisamos abrir mão de nossas tradições e valores para avançar. Devemos tratar bem da nossa história e conduzir as polícias ao encontro dos anseios da população. Nossas instituições são capazes de entender as lições do passado e a fundamental necessidade de continuarmos contribuindo para um futuro de paz, prosperidade e justiça.

Após o fim do movimento paredista, o STF reforçou sua posição sobre a ilegalidade de greve de policiais, citando inclusive o caso do Espírito Santo. O Ministério Público Federal moveu ação responsabilizando as associações representativas e pedindo ressarcimento ao prejuízo sofrido em razão da greve.

Já o atual governador enviou projeto de lei à Assembleia solicitando anistia aos policiais punidos e processados administrativamente por envolvimento na greve.

Qualquer caminho radical em busca de valorização soa como canto da sereia, e esse só encanta o ego daqueles que constroem seus capitais políticos sobre as cinzas da população e da própria tropa a qual prometiam avanços, mas que colheu processos, ainda não anistiados na esfera federal, e graves problemas de saúde.

[...]

Discursos radicais e inflamados que apontam para paralisações de atividades policiais são injustos com o já sofrido povo

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PE 118/2021 - PEC.00445/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AVENTAL E TOUCA DESCARTÁVEIS - Abertura do Pregão: 25/03/2021 às 09:00 horas

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 - "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site www.compras.saobernardo.sp.gov.br. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5481

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS comgas

Companhia Aberta
CNPJ/MF: 61.856.571/0001-17 - NIRE: 35.300.045.611

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

1. **Data, Local e Hora:** Ao 28º (vigésimo oitavo) dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às 11h00 (onze horas), por meio de Plataforma Digital, considerada realizada na sede social da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 4.100, 4º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, na Capital do Estado de São Paulo ("Companhia").

2. **Convocação e Quórum de Presença:** Convocação realizada nos termos do artigo 21, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia. Presentes os seguintes membros: Srs. Rubens Ometto Silveira Mello, Nelson Roseira Gomes Neto, Marcelo Eduardo Martins, Maria Rita de Carvalho Drummond, Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães, Burkhard Otto Cordes e Silvio Renato Del Boni, membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Rubens Ometto Silveira Mello; Secretário: Leandro Arean Oncala. 4. **Ordem do Dia:** Aprovar a celebração, nos termos do artigo 25, XXII do Estatuto Social da Companhia, do 1º (primeiro) aditivo ao contrato de compra e venda de gás natural na modalidade firme inflexível - novo mercado de gás - entre Comgás e Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras ("Petrobras"). 5. **Deliberações:** Após análise dos itens constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram, por unanimidade, a celebração, nos termos do artigo 25, XXII do Estatuto Social da Companhia, do 1º (primeiro) aditivo ao contrato de compra e venda de gás natural na modalidade firme inflexível - novo mercado de gás - entre Comgás e Petróbras, para alterar a Quantidade Diária Contratual e o Valor do Contrato, conforme minuta disponibilizada aos Conselheiros e arquivada na sede da Companhia.

6. **Encerramento, Lavatura e Assinatura:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho de Administração abriu a pauta para a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém o fez, suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a lavatura da presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Mesa: Rubens Ometto Silveira Mello (Presidente); Leandro Arean Oncala (Secretário). Conselheiros Presentes: Burkhard Otto Cordes, Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães, Marcelo Eduardo Martins, Maria Rita de Carvalho Drummond, Nelson Roseira Gomes Neto, Rubens Ometto Silveira Mello e Silvio Renato Del Boni. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Mesa: Leandro Arean Oncala - Secretário. **JUCESP** nº 68.934/21-0 em 03/02/2021. Gisela Sirmiemz Cestini - Secretária Geral.